

Demonstrações Contábeis Consolidadas do
Conglomerado Prudencial
Dezembro de 2014

Índice Geral

	Pág
Relatório dos Auditores Independentes	2
Demonstrativos Contábeis	5
Notas Explicativas da Administração	10

Relatório dos Auditores independentes sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionista da
Caixa Econômica Federal - CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da Caixa Econômica Federal - CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e outras notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na nota explicativa nº 2.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações contábeis

A administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração da CAIXA, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais). Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as referidas demonstrações estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas, tomadas em conjunto.

Relatório dos Auditores Independentes

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal – CAIXA, em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

Ênfase

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R\$ 25.060 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R\$ 11.328 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R\$ 2.968 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R\$ 16.700 milhões, em 30 de junho de 2014, segue um processo de securitização, conforme previsto na Lei 10.150 de 2000. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, que descreve que, em 31 de dezembro de 2014, a CAIXA possui R\$ 26.776 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R\$ 1.586 milhões. O valor líquido de R\$ 25.190 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 31 de dezembro de 2014, a controlada em conjunto Banco Panamericano S.A. possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R\$ 2.861 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 31 de dezembro de 2014, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Relatório dos Auditores Independentes

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às referidas demonstrações contábeis que divulgam:

- a) As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da CAIXA para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.
- b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial, a administração da CAIXA optou pela faculdade prevista no § 2º do Art. 10, da Circular nº 3.701, de 13 de março de 2014, do Banco Central do Brasil, e não estão sendo apresentadas de forma comparativa, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial correspondentes às datas bases anteriores a 31 de dezembro de 2014.

Outros assuntos

A Caixa Econômica Federal - CAIXA elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações e contendo as mesmas ênfases acima mencionadas sobre créditos a receber do FCVS, crédito tributário e crédito tributário em controlada em conjunto, em 11 de fevereiro de 2015.

São Paulo, 26 de março de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6-F-SP

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	31/12/2014
CIRCULANTE	513.434.738
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	13.243.732
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	120.528.483
Aplicações no mercado aberto	113.994.666
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.534.954
Provisões para perdas	(1.137)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INSTRUM. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	120.108.769
Carteira própria - livre	75.254.038
Vinculados a compromissos de recompra	41.152.003
Instrumentos financeiros derivativos	905.638
Vinculados a prestação de garantias	2.797.090
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	93.879.294
Pagamentos e recebimentos a liquidar	83.229
Créditos vinculados - depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	93.345.132
Correspondentes	450.933
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	561.884
Recursos em trânsito de terceiros	192
Transferências internas de recursos	561.692
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	129.249.192
Setor público	4.518.988
Setor privado	138.256.038
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	748.074
Provisão para operações de créditos	(14.273.908)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	34.305.119
Créditos por avais e fianças honrados	29.185
Carteira de câmbio	2.506.525
Rendas a receber	2.778.250
Negociação e intermediação de valores	2.766
Créditos específicos	765.695
Diversos	28.484.931
Provisão para outros créditos	(262.233)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	1.558.265
Outros valores e bens	1.602.667
Provisões para perdas	(90.591)
Despesas antecipadas	46.189
NÃO CIRCULANTE	551.314.721
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	47.035.336
Carteira própria - livre	8.102.848
Vinculados a compromissos de recompra	36.289.543
Vinculados ao Banco Central	1.046
Vinculados a prestação de garantias	2.641.899
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	25.145.776
Créditos vinculados - SFH (Nota 7 (b))	25.145.776
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	441.339.273
Setor público	43.451.441
Setor privado	405.528.944
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.605.327
Provisão para operações de créditos	(12.246.439)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	25.565.848
Diversos	25.594.041
Provisão para outros créditos	(28.193)
PERMANENTE	12.228.488
INVESTIMENTOS (Nota 11)	5.327.169
Participações em coligadas e controladas:	5.017.405
- No país	5.016.786
- No exterior	619
Outros investimentos	499.753
Provisão para perdas	(189.989)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	3.754.170
Imóveis de uso	1.258.361
Reavaliações de imóveis de uso	739.998
Outras imobilizações de uso	6.710.077
Depreciações acumuladas	(4.954.266)
INTANGÍVEL (Nota 13)	3.147.149
Ativos intangíveis	4.264.087
Amortizações acumuladas	(1.116.938)
T O T A L	1.064.749.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balço Patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	31/12/2014
CIRCULANTE	621.073.765
DEPÓSITOS (Nota 14)	341.760.050
Depósitos à vista	27.013.964
Depósitos de poupança	236.836.068
Depósitos interfinanceiros	3.223.817
Depósitos a prazo	66.209.815
Depósitos especiais e de fundos e programas	8.476.386
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	165.935.128
Carteira própria	69.854.249
Carteira de terceiros	96.080.879
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	45.743.859
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	45.743.859
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	335.101
Recebimentos e pagamentos a liquidar	319.759
Correspondentes	15.342
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.533.644
Recursos em trânsito de terceiros	1.501.545
Transferências internas de recursos	32.099
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	4.918.919
Empréstimos no exterior	4.918.919
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	2.090.507
TESOURO NACIONAL - PIS	195.885
BNDES	334.821
FGTS	1.486.099
Outras	73.702
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	53.782
Instrumentos financeiros derivativos	53.782
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	58.702.775
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.884
Carteira de câmbio	342.662
Sociais e estatutárias	1.879.939
Fiscais e previdenciárias	1.776.448
Negociação e intermediação de valores	70.597
Recursos para destinação específica:	10.107.859
- Obrigações de operações com loterias	1.483.765
- Obrigações por fundos e programas sociais	8.074.813
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	549.281
Instrumentos híbridos de capital e dívida	1.900.636
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	851.580
Diversas	41.430.170
NÃO CIRCULANTE	381.584.971
DEPÓSITOS (Nota 14)	77.578.706
Depósitos interfinanceiros	440.060
Depósitos a prazo	77.138.646
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	6.834.756
Carteira própria	6.834.756
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	92.005.218
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	81.227.368
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	10.777.850
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	531.120
Empréstimos no exterior	531.120
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS-INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	175.341.091
TESOURO NACIONAL - PIS	584.695
BNDES	29.370.625
FGTS	143.547.345
Outras	1.838.426
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	29.294.080
Fiscais e previdenciárias	144.104
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.325.625
Diversas	9.824.351
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	62.090.723
Capital social:	22.054.802
- Capital de domiciliados no país	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958
Reservas de capital	167
Reserva de reavaliação	408.392
Reservas de lucros	6.873.097
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.113.693)
T O T A L	1.064.749.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2014	
	2º semestre	Exercício
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	58.381.951	105.789.616
Operações de crédito (Nota 8 (f))	35.919.247	66.348.709
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	15.350.205	28.655.192
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (j))	2.353.175	1.460.036
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	4.693.626	8.936.309
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	65.698	389.370
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	(48.116.959)	(84.063.449)
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(31.076.033)	(55.261.337)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(6.635.744)	(12.086.030)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	(1.329.934)	(1.029.957)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (j))	(6.727.204)	(13.156.873)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10.264.992	21.726.167
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	(7.394.125)	(15.105.403)
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	7.943.065	15.229.948
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.754.644	3.299.643
Despesas de pessoal (Nota 24)	(9.345.521)	(17.879.611)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(5.617.589)	(10.931.306)
Despesas tributárias (Nota 29)	(1.451.432)	(2.912.999)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	403.942	681.482
Outras receitas operacionais (Nota 26)	6.261.065	11.235.730
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(7.342.299)	(13.828.290)
RESULTADO OPERACIONAL	2.870.867	6.620.764
RESULTADO NAO OPERACIONAL (Nota 28)	(328.760)	(614.650)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	2.542.107	6.006.114
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	2.003.479	2.280.969
Tributos correntes	(17.240)	(901.614)
Ativo fiscal diferido	2.288.663	2.970.501
Passivo fiscal diferido	(267.944)	212.082
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	(843.268)	(1.195.298)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.702.318	7.091.785

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	22.054.802	8.000.000	167	392.929	2.005.496	2.896.900	23.069		35.373.363
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(3.136.762)		(3.136.762)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				22.410					22.410
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.947)				6.947	
RESERVA DE LUCROS - REVERSÃO						(1.441.901)			(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								7.091.785	7.091.785
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					319.830			(319.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						704.654		(704.654)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(1.298.567)	(1.298.567)
Dividendos propostos								(1.692.379)	(1.692.379)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(695.184)	(695.184)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723
EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	22.054.802	8.000.000	167	388.622	2.174.969	1.709.115	(209.255)	2.126.099	36.244.519
INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL (Nota 19)		27.867.958							27.867.958
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(2.904.438)		(2.904.438)
AJUSTES NA RESERVA DE REAVALIAÇÃO				24.399					24.399
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(4.629)				4.629	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.702.318	3.702.318
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					150.357			(150.357)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						450.538		(450.538)	
Reserva de Margem Operacional (Reserva de Lucros)						2.388.118		(2.388.118)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(644.299)	(644.299)
Dividendos propostos								(1.602.992)	(1.602.992)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(596.742)	(596.742)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	22.054.802	35.867.958	167	408.392	2.325.326	4.547.771	(3.113.693)		62.090.723

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Prudencial	
	2014	
	2º semestre	Exercício
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	10.922.781	22.003.177
Lucro Líquido	3.702.318	7.091.785
Ajustes ao Lucro Líquido:	7.220.463	14.911.392
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	(118.320)	882.489
(Ganho)/Perda em Investimentos	55.778	25.926
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	-	-
(Ganho)/Perda na Venda de Bens não de Uso Próprio	795.096	(6.355)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.017.630	13.447.299
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a empregados)	419.290	838.586
Depreciações e Amortizações	752.324	1.474.866
Impostos Diferidos	(2.020.719)	(3.182.583)
Despesas com provisões para causas judiciais	394.495	879.801
Resultado de Participação em Coligadas	(403.942)	(681.482)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	328.831	1.232.845
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	8.164.794	40.837.113
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	282.132	1.137.857
(Aumento) Redução em TVM para negociação	650.956	(4.626.197)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	(2.340.756)	(7.156.612)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(3.993.008)	(4.522.041)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	138.710	(478.377)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(58.235.936)	(121.900.079)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(3.714.358)	1.613.873
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(1.050.836)	(496.383)
(Redução) Aumento em Depósitos	27.570.656	58.283.568
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	26.847.110	56.195.494
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	26.710.910	53.926.083
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	(241.568)	(35.421)
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	5.287.675	21.327.525
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	(9.110.362)	(10.983.214)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(636.531)	(1.448.963)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19.087.575	62.840.290
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição e Resgate de TVM disponíveis para venda	(1.872.607)	(1.110.904)
Aquisição e Resgate de TVM mantidos até o vencimento	(2.587.018)	(2.551.011)
Aquisição de Investimentos	(600.000)	(600.000)
Alienação de Imobilizado de Uso	7.255	6.331
Aquisição de Imobilizado de Uso	(901.298)	(1.559.831)
Baixa de Intangível	284.319	295.083
Aquisição de Intangível	(1.171.241)	(1.556.850)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.840.590)	(7.077.182)
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Captação/resgate de instrumento híbrido de capital e dívida	27.867.958	27.867.958
Dividendos complementares dos exercícios de 2012 e 2013	-	(1.441.901)
Dividendos/Juros sobre o capital próprio	(2.148.848)	(2.990.945)
Remuneração IHCD	(695.184)	(695.184)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	25.023.926	22.739.928
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37.270.911	78.503.036
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA		
Caixa e Equivalentes no início do Período	89.945.201	48.713.076
Caixa e Equivalentes no fim do período	127.216.112	127.216.112
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	37.270.911	78.503.036

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Índice das Notas Explicativas	Página
Nota 1 – Contexto operacional	11
Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial	12
Nota 3 – Principais práticas contábeis	13
Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa	21
Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez	21
Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	22
Nota 7 – Relações interfinanceiras	31
Nota 8 – Carteira de crédito	33
Nota 9 – Outros créditos	38
Nota 10 – Outros valores e bens	40
Nota 11 – Participações em controladas e coligadas	41
Nota 12 – Imobilizado de uso	41
Nota 13 – Intangível	42
Nota 14 – Depósitos	42
Nota 15 – Captações no mercado aberto	46
Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos	47
Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses	49
Nota 18 – Outras obrigações	50
Nota 19 – Patrimônio líquido	54
Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)	56
Nota 21 – Receitas da intermediação financeira	60
Nota 22 – Despesas da intermediação financeira	60
Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	61
Nota 24 – Despesas com pessoal	62
Nota 25 – Outras despesas administrativas	62
Nota 26 – Outras receitas operacionais	63
Nota 27 – Outras despesas operacionais	63
Nota 28 – Resultado não operacional	64
Nota 29 – Despesas tributárias	64
Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias	65
Nota 31 – Partes relacionadas	68
Nota 32 – Gerenciamento do risco corporativo	71
Nota 33 – Outras informações	72

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio da Caixa Seguros Holding S/A, uma investida da subsidiária Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR.

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sênior e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

Conforme Lei nº 11.908/2009, a fim de cumprir seu objeto social, a CAIXA está autorizada a constituir empresas subsidiárias, integrais ou controladas para cumprir seu objeto social, por meio de sua subsidiária integral CAIXAPAR.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas com o propósito específico de atender às determinações da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Circular nº 3.701/2014, do Banco Central do Brasil (BACEN), não devendo assim serem confundidas com o conjunto de “Demonstrações Contábeis Consolidadas BrGaap”, as quais são elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do CMN, do BACEN, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

De acordo com as determinações vigentes, o Conglomerado Prudencial está composto pela CAIXA, instituição líder, pela CAIXA Consórcios S.A., com controle conjunto indireto por meio da subsidiária CAIXAPAR e pelo Fundo Exclusivo Jequitibá, com controle caracterizado pela assunção e retenção de riscos e benefícios detidos pela CAIXA Consórcios S.A.

O controle conjunto indireto exercido no Banco Pan é praticado pela CAIXA, por meio da subsidiária CAIXAPAR, e pelo Banco BTG Pactual S.A. o que conduz a uma situação de controle onde os controladores e a controlada são instituições financeiras. O BACEN emitiu ofício dispensando a CAIXA e o Banco BTG Pactual S.A. de realizar os procedimentos de consolidação sobre as suas participações no Banco PAN.

A CAIXA também exerce controle conjunto indireto, por meio da CAIXAPAR, na empresa Elo Serviços S.A. que será enquadrada como instituição de pagamentos a partir da obtenção de autorização do BACEN. Esta empresa será incluída no Conglomerado Prudencial após a obtenção da referida autorização.

A CAIXAPAR possui controle caracterizado pela assunção e retenção de riscos e benefícios nos Fundos de Investimento em Participações Veneza e Amsterdam, entretanto, os valores representativos destas participações não apresentam materialidade para inclusão no Conglomerado Prudencial. Em dezembro de 2014, o valor dos investimentos nos Fundos é de R\$ 39.040 no FIP Veneza e de R\$ 19 no FIP Amsterdam.

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial de 31/12/2014 não apresentam informações comparativas de 31/12/2013, faculdade conferida às instituições financeiras pela Circular BACEN nº 3.701/14.

As Demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações de 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 24 de março de 2015 e pelo Conselho de Administração em 26 de março de 2015.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia*, observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- **Hedge de Risco de Mercado:** Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **Hedge de Fluxo de Caixa:** A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 32.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso	Prazo em dobro (1)	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

(1) Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.

A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN nº 3.355/2006.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.

A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

A composição das despesas antecipadas é apresentada na Nota 10.

(k) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995 e depreciados pelo método linear sem valor residual. A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível

O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008. Podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas. Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento.

Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários.

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.

A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica 'depreciação e amortização', em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – <i>software</i>	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*. Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses tem seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.

Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(q) Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.

No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego. Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.

No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.

Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.

A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos. A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1 de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta “outros ajustes de avaliação patrimonial” no patrimônio líquido.

(r) Outros ativos e passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base pro rata dia e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata dia.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2014
Total de Disponibilidades (caixa)	13.243.732
Disponibilidade em moeda nacional	8.573.119
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.670.613
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	113.994.666
Total	127.238.398

(1) Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	31/12/2014
Aplicações no mercado aberto - posição bancada	17.883.998		17.883.998
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional	17.883.998	-	17.883.998
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-
Aplicações no mercado aberto - posição financiada	96.110.668		96.110.668
Letras Financeiras do Tesouro	6.878.300	-	6.878.300
Letras do Tesouro Nacional	34.770.744	-	34.770.744
Notas do Tesouro Nacional	54.461.624	-	54.461.624
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.910.105	623.712	6.533.817
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5.855.642	120.007	5.975.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Vinculados ao Crédito Rural (1)	55.600	503.705	559.305
Provisão para Perdas em Aplicação em DI	(1.137)	-	(1.137)
Total - ativo circulante	119.904.771	623.712	120.528.483

(1) Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R\$ 151.283 em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” na Demonstração do Resultado

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Rendas de aplicações no mercado aberto	7.674.861	12.380.946
Posição bancada	1.246.596	1.866.280
Posição financiada	6.428.265	10.514.666
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	309.224	599.929
Total	7.984.085	12.980.875

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
(a) Composição

Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos Públicos – Brasil	74.834.692	69.633.416	5.438.989	1.046	-	149.908.143
Letras Financeiras do Tesouro	355.662	-	2.171	-	-	357.833
Letras do Tesouro Nacional	65.362.122	41.256.271	5.434.275	1.046	-	112.053.714
Notas do Tesouro Nacional	9.108.162	28.377.145	2.543	-	-	37.487.850
Tesouro Nacional/ Securitização	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	8.522.194	7.808.130	-	-	-	16.330.324
Debêntures	624.961	7.277.413	-	-	-	7.902.374
Letras de Crédito Imobiliário	259.096	-	-	-	-	259.096
Letras Financeiras	219.074	-	-	-	-	219.074
Cotas de Fundos	263.787	-	-	-	-	263.787
Certificado de Recebíveis Imobiliários	478.062	530.717	-	-	-	1.008.779
Ações	6.668.908	-	-	-	-	6.668.908
Outros	8.306	-	-	-	-	8.306
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-	905.638	905.638
Total em 31/12/2014	83.356.886	77.441.546	5.438.989	1.046	905.638	167.144.105

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Classificação da carteira por prazo

Posição em 31/12/2014	Custo	Ajuste Resultado (1)	Ajuste Patr. Líquido (2)	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Descrição										
Títulos Públicos – Brasil	151.481.261	(1.572.172)	(946)	149.908.143	149.923.423	-	19.119.550	21.467.550	5.649.891	103.671.152
Letras Financeiras do Tesouro	357.652	181	-	357.833	357.833	-	5.034	-	7.028	345.771
Letras do Tesouro Nacional	113.617.073	(1.563.359)	-	112.053.714	111.929.943	-	18.904.846	17.127.289	5.642.863	70.378.716
Notas do Tesouro Nacional	37.494.446	(8.994)	2.398	37.487.850	37.626.901	-	209.670	4.340.261	-	32.937.919
Tesouro Nacional/Securitização	12.090	-	(3.344)	8.746	8.746	-	-	-	-	8.746
Títulos – Empresas	18.816.511	44.362	(2.530.549)	16.330.324	16.328.811	6.932.695	159.728	34.927	83.003	9.119.971
Debêntures	7.873.526	44.346	(15.498)	7.902.374	7.902.374	-	16.241	-	-	7.886.133
Letras de Crédito Imobiliário	259.069	-	27	259.096	259.096	-	89.651	34.927	-	134.518
Letras Financeiras	219.038	-	36	219.074	219.074	-	53.836	-	83.003	82.235
Cotas de Fundos	263.787	-	-	263.787	263.787	263.787	-	-	-	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	929.386	16	79.377	1.008.779	1.007.266	-	-	-	-	1.008.779
Ações	9.263.399	-	(2.594.491)	6.668.908	6.668.908	6.668.908	-	-	-	-
Outros	8.306	-	-	8.306	8.306	-	-	-	-	8.306
Total – TVM	170.297.772	(1.527.810)	(2.531.495)	166.238.467	166.252.234	6.932.695	19.279.278	21.502.477	5.732.894	112.791.123
Para negociação (3)	103.430.048	(1.527.810)	-	101.902.238	101.902.238	141.547	13.195.866	17.127.289	5.649.891	65.787.645
Disponíveis para Venda	17.571.304	-	(2.531.495)	15.039.809	15.039.809	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.987.244
Mantidos até o Vencimento (4)	49.296.420	-	-	49.296.420	49.310.187	-	5.939.925	4.340.261	-	39.016.234
Instrumentos Financeiros Derivativos	905.638	-	-	905.638	905.638	-	48.955	54.979	80.075	721.629
Total – TVM e Derivativos	171.203.410	(1.527.810)	(2.531.495)	167.144.105	167.157.872	6.932.695	19.328.233	21.557.456	5.812.969	113.512.752

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

(2) Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.448.268), líquido dos efeitos tributários.

(3) Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

(4) Os títulos da categoria Mantidos até o Vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I - Títulos para negociação

Descrição	31/12/2014					Custo	Ajuste Resultado (1)	Valor de Mercado
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos Públicos	-	13.179.625	17.127.289	5.649.891	64.790.722	102.319.699	(1.572.172)	100.747.527
LFT	-	5.034	-	7.028	345.771	357.652	181	357.833
LTN	-	12.964.921	17.127.289	5.642.863	62.042.000	99.340.432	(1.563.359)	97.777.073
NTN	-	209.670	-	-	2.402.951	2.621.615	(8.994)	2.612.621
Títulos - Empresas	141.547	16.241	-	-	996.923	1.110.349	44.362	1.154.711
Debêntures	-	16.241	-	-	995.145	967.040	44.346	1.011.386
Cotas de Fundos	141.547	-	-	-	-	141.547	-	141.547
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	1.778	1.762	16	1.778
Total	141.547	13.195.866	17.127.289	5.649.891	65.787.645	103.430.048	(1.527.810)	101.902.238

(1) Ajuste a Valor de Mercado no resultado.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.2) Categoria II - Títulos disponíveis para venda

Descrição	31/12/2014							
	Sem vencim.	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio (1)	Valor de Mercado
Títulos Públicos	-	-	-	-	16.029	16.976	(947)	16.029
NTN	-	-	-	-	7.283	4.886	2.397	7.283
Tesouro Nacional/ Securitizados	-	-	-	-	8.746	12.090	(3.344)	8.746
Títulos – Empresas	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.971.215	17.554.328	(2.530.548)	15.023.780
Debêntures	-	-	-	-	6.890.988	6.906.485	(15.497)	6.890.988
Letras de Crédito Imobiliário	-	89.651	34.927	-	134.518	259.069	27	259.096
Letras Financeiras	-	53.836	-	83.003	82.235	219.038	36	219.074
Cotas de Fundos	122.240	-	-	-	-	122.240	-	122.240
Certif. Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	863.474	784.097	79.377	863.474
Ações	6.668.908	-	-	-	-	9.263.399	(2.594.491)	6.668.908
Total	6.791.148	143.487	34.927	83.003	7.987.244	17.571.304	(2.531.495)	15.039.809

(1) Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de (1.448.268), líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.3) Categoria III - Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

Descrição	31/12/2014					Custo	Valor de mercado
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Títulos Públicos	5.939.925	4.340.261	-	38.864.401	49.144.587	49.159.865	
LTN	5.939.925	-	-	8.336.716	14.276.641	14.152.869	
NTN	-	4.340.261	-	30.527.685	34.867.946	35.006.996	
Títulos – Empresas	-	-	-	151.833	151.833	150.322	
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	143.527	143.527	142.016	
Outros	-	-	-	8.306	8.306	8.306	
Total	5.939.925	4.340.261	-	39.016.234	49.296.420	49.310.187	

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Ativos financeiros para negociação	3.917.534	8.553.596
Ativos financeiros disponíveis para venda	923.798	1.728.905
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628
Outros	16.620	24.188
Total	7.366.120	15.674.317

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

(f.1) Emissão Externa – Notas Sêniores 1ª, 2ª e 4ª séries

No dia 05/11/2012, a CAIXA realizou a emissão externa de duas séries de títulos com vencimento em 2017 (1ª série – US\$ 1 bilhão) e 2022 (2ª série – US\$ 500 milhões), em dólares americanos e com pagamento de juros prefixados semestrais de 2,375% a.a. e 3,5% a.a., respectivamente. No dia 06/05/2014 foi finalizada a emissão da 4ª série no montante de US\$ 1,3 bilhão e juros semestrais de 4,25%.

Adicionalmente, as remunerações semestrais incluem o pagamento de 15% sobre cada parcela de juros a título de tributos.

Das séries emitidas, o saldo integral da 1ª e 2ª séries e parte do saldo da 4ª série (US\$ 600 milhões) foram internalizados e protegidos com a realização de operações de swap.

Os recursos mantidos no país da emissão geram exposição ao risco de variação do cupom de dólar. Quando são internalizados é adicionado o risco da variação do câmbio, cuja proteção ocorre por meio de operações de swap formalizadas como hedge de valor justo conforme abaixo:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O hedge de valor justo tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar das notas sêniores, objeto do hedge, conforme descrito:

- Variação cambial do cupom:
 - 1ª série, 2,375% a.a. sobre US\$ 1 bilhão ou US\$ 11,9 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2017;
 - 2ª série, 3,50% a.a. sobre US\$ 500 milhões ou US\$ 8,8 milhões semestrais, com vencimentos entre 2014 e 2022;
 - 4ª série, 4,25% a.a. sobre US\$ 600 milhões ou US\$ 12,8 milhões semestrais, com vencimentos ente 2014 e 2019.
- variação cambial do principal:
 - 1ª série, US\$ 1 bilhão, com vencimento em 2017;
 - 2ª série, US\$ 500 milhões, com vencimento em 2022;
 - 4ª série, US\$ 600 milhões, com vencimento em 2019.
- variação cambial do imposto devido de 15% sobre o cupom a pagar:
 - 1ª série, US\$ 2,1 milhões semestrais;
 - 2ª série, US\$ 1,5 milhões semestrais;
 - 4ª série, US\$ 2,25 milhões semestrais.

Valor Justo do Objeto do Hedge	
Notas Sêniores	31/12/2014
1ª Série	2.634.878
2ª Série	1.367.430
4ª Série	2.565.844
Total	6.568.152

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade da operação se manteve em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

(f.2) Letras Financeiras – Cupom IPCA

Desde agosto de 2013 a CAIXA realiza a captação de recursos por meio de emissão de Letras Financeiras indexadas ao IPCA, protegendo a variação do valor justo do passivo com a contratação de operações de Swap. As operações foram formalmente classificadas como hedge contábil de valor justo e têm como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Valor Justo do Objeto do Hedge	
Letra Financeira	31/12/2014
2017 ⁽¹⁾	100.727
2018 ⁽¹⁾	6.866
2019 ⁽¹⁾	10.948
2020 ⁽¹⁾	12.976
2021 ⁽¹⁾	11.543
2023	642.137
2024 ⁽¹⁾	226.451
Total	1.011.648

(1) Os títulos emitidos a partir de JAN/14 somam R\$ 326.460 mil se considerados os valores de emissão (em 31/12/2014 somam R\$ 358.067 mil em valor justo)

Por haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade do hedge manteve-se em 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/2002.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial:

Descrição	31/12/2014			
	Conta de Compensação/ Valor Referencial	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajustes ao Valor de Mercado (Resultado / PL)	Valor Patrimonial
Contratos de Futuros				
Compromissos de Compra	-	-	-	-
Cupom Cambial	-	-	-	-
Compromissos de Venda	99.146.777	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	99.066.737	-	-	-
Moeda Estrangeira	80.040	-	-	-
Contratos de Swaps				
Posição Ativa	8.715.390	981.280	(75.642)	905.638
Índices	898.571	12.591	(12.402)	189
Moeda Estrangeira	7.816.819	968.689	(63.240)	905.449
Posição Passiva	8.715.390	7.315	46.467	53.782
Índices	898.571	1.585	44.692	46.277
Moeda Estrangeira	7.816.819	5.730	1.775	7.505

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu Valor Referencial e de Mercado:

Descrição	31/12/2014						
	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Resultado/ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias
Posição Ativa:							
Contratos de Swaps - Ajuste a Receber	981.280	(75.642)	905.638	48.956	54.979	80.074	721.629
BM&FBOVESPA	12.591	(12.402)	189	-	-	-	189
Instituições Financeiras	968.689	(63.240)	905.449	48.956	54.979	80.074	721.440
Posição Passiva:							
Contratos de Swaps - Ajuste a Pagar	7.315	46.467	53.782	92	-	7.760	45.930
BM&FBOVESPA	1.238	44.692	45.930	-	-	-	45.930
Empresas	347	-	347	-	-	347	-
Instituições Financeiras	5.730	1.775	7.505	92	-	7.413	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu Valor Referencial:

	01 – 90 dias	91 - 180 dias	181 - 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014
Conta de Compensação / Valor Referencial					
Contratos Futuros	13.244.487	17.122.411	5.642.366	63.137.513	99.146.777
Contratos de Swaps	382.173	303.339	1.903.811	6.126.067	8.715.390

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Swap	1.119.722	691.444
Futuro	1.233.453	768.592
Total realizado	2.353.175	1.460.036

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2014
Títulos públicos	5.440.035
Notas do Tesouro Nacional	2.543
Letras do Tesouro Nacional	5.430.855
Letras Financeiras do Tesouro	6.637

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

Descrição	Remuneração	31/12/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	5.386.280
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	47.223.375
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	7.207.801
Recursos do crédito rural	Não remunerado	-
Compulsório adicional	Taxa SELIC	33.527.676
Total		93.345.132

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) A rubrica "SFH - Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

Descrição	31/12/2014
	Total Crédito
FGTS a ressarcir	85.207
FCVS a receber	28.028.495
Não habilitados (1)	2.053.613
Habilitados e não homologados (2)	9.274.758
Habilitados e homologados (3)	16.700.124
Provisão FCVS a receber	(2.967.926)
Total (líquido de provisão) (4)	25.145.776

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

(4) Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R\$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R\$ 1.411.087 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Créditos vinculados ao BACEN	3.876.248	7.308.196
Créditos vinculados ao SFH	817.378	1.628.113
Total	4.693.626	8.936.309

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 8 – Carteira de crédito
(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

Operações de Crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014
Empréstimos e Títulos descontados	29.531.614	60.941.906	23.602.229	19.091.233	5.580.752	3.617.184	1.177.181	1.037.100	6.045.640	150.624.839
Financiamentos	10.492.230	13.244.854	2.882.426	3.740.005	3.181.281	1.121.702	736.374	552.616	3.943.510	39.894.998
Financiamentos rurais e agroindustriais	729.029	1.398.786	1.174.917	1.382.879	140.804	17.405	14.258	26.713	30.228	4.915.019
Financiamentos Imobiliários	186.119.783	55.692.376	40.183.808	36.806.444	12.481.541	1.137.315	810.565	590.709	6.016.100	339.838.641
Financiamentos de Infraestrutura	28.740.945	25.035.120	1.027.086	554.879	190.385	887.115	1.005	6.057	39.322	56.481.914
Cessão de créditos	5.213.701	-	60.456	34.042	21.094	10.477	4.138	3.499	5.994	5.353.401
Outros Créditos (Nota 8 (d))	786.771	5.107.610	820.614	525.526	350.561	152.434	20.796	15.040	135.033	7.914.385
Total	261.614.073	161.420.652	69.751.536	62.135.008	21.946.418	6.943.632	2.764.317	2.231.734	16.215.827	605.023.197
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	-	(807.103)	(697.515)	(1.864.050)	(2.194.642)	(2.083.090)	(1.382.158)	(1.562.214)	(16.215.827)	(26.806.599)
Total líq. de provisões em 31/12/2014	261.614.073	160.613.549	69.054.021	60.270.958	19.751.776	4.860.542	1.382.159	669.520	-	578.216.598

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Operações de Crédito	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014
Empréstimos e títulos descontados	(304.710)	(236.022)	(572.737)	(558.075)	(1.085.155)	(588.591)	(725.970)	(6.045.640)	(10.116.900)
Financiamentos	(66.224)	(28.824)	(112.200)	(318.128)	(336.511)	(368.187)	(386.831)	(3.943.510)	(5.560.415)
Financiamentos rurais e agroindustriais	(6.994)	(11.749)	(41.486)	(14.080)	(5.222)	(7.129)	(18.699)	(30.228)	(135.587)
Financiamentos imobiliários	(278.462)	(401.838)	(1.104.193)	(1.248.154)	(341.195)	(405.283)	(413.496)	(6.016.100)	(10.208.721)
Financiamentos de infraestrutura	(125.176)	(10.271)	(16.646)	(19.039)	(266.135)	(503)	(4.240)	(39.322)	(481.332)
Cessão de créditos	-	(605)	(1.021)	(2.109)	(3.143)	(2.069)	(2.449)	(5.996)	(17.392)
Outros créditos (Nota 8 (d))	(25.537)	(8.206)	(15.767)	(35.057)	(45.729)	(10.396)	(10.529)	(135.031)	(286.252)
Total	(807.103)	(697.515)	(1.864.050)	(2.194.642)	(2.083.090)	(1.382.158)	(1.562.214)	(16.215.827)	(26.806.599)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco
(c.1) Operações de crédito em Curso normal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014
01 a 30 dias	4.370.916	10.759.349	3.262.451	3.165.097	874.141	194.945	67.847	58.163	416.547	23.169.456
31 a 60 dias	3.049.036	5.401.751	1.632.835	1.631.753	436.291	117.401	31.749	25.016	231.516	12.557.348
61 a 90 dias	2.721.904	4.963.470	1.516.108	1.529.740	392.769	107.758	28.344	21.696	208.091	11.489.880
91 a 180 dias	8.625.058	12.959.120	4.480.944	3.911.862	1.091.714	312.633	78.629	57.972	581.277	32.099.209
181 a 360 dias	14.129.249	19.559.759	6.516.204	5.536.909	1.713.993	505.204	96.917	71.717	687.008	48.816.960
Ac. de 360 dias	224.535.637	103.714.353	40.503.044	33.693.300	9.347.912	2.367.728	338.032	272.512	3.822.382	418.594.900
Total	257.431.800	157.357.802	57.911.586	49.468.661	13.856.820	3.605.669	641.518	507.076	5.946.821	546.727.753

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31/12/2014
Parcelas Vencidas	74.235	74.561	597.091	1.304.623	1.604.347	1.932.595	1.204.929	1.108.309	6.584.059	14.484.749
01 a 30 dias	74.235	74.561	470.376	253.821	146.963	46.011	24.981	14.891	95.074	1.200.913
31 a 60 dias	-	-	126.715	696.151	230.444	91.112	47.741	34.278	184.180	1.410.621
61 a 90 dias	-	-	-	218.661	900.042	800.477	108.526	62.005	441.388	2.531.099
91 a 180 dias	-	-	-	135.990	326.865	797.357	836.873	833.382	1.354.857	4.285.324
181 a 360 dias	-	-	-	-	33	197.638	186.808	163.753	4.175.636	4.723.868
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	332.924	332.924
Parcelas Vincendas	4.108.038	3.988.289	11.242.859	11.361.724	6.485.251	1.405.368	917.870	616.349	3.684.947	43.810.695
01 a 30 dias	37.503	68.822	212.853	256.041	107.278	41.796	24.304	12.836	84.870	846.303
31 a 60 dias	35.957	59.749	190.641	198.668	98.109	29.353	17.923	12.396	75.410	718.206
61 a 90 dias	35.839	59.472	187.683	196.026	97.131	29.718	17.418	11.923	73.688	708.898
91 a 180 dias	104.898	175.855	542.036	565.780	281.445	84.407	50.429	34.126	211.937	2.050.913
181 a 360 dias	203.795	344.038	1.004.457	1.019.815	526.093	153.900	92.808	62.178	385.096	3.792.180
Acima de 360 dias	3.690.046	3.280.353	9.105.189	9.125.394	5.375.195	1.066.194	714.988	482.890	2.853.946	35.694.195
Total	4.182.273	4.062.850	11.839.950	12.666.347	8.089.598	3.337.963	2.122.799	1.724.658	10.269.006	58.295.444

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Outros créditos com característica de concessão de crédito

Descrição	31/12/2014
Créditos	7.914.385
Cartão de crédito	7.171.685
Créditos adquiridos (1)	684.730
Diversos	57.970
Provisão	(286.252)
Cartão de crédito	(229.054)
Créditos adquiridos (1)	(52.631)
Diversos	(4.567)
Créditos - líquidos de provisão	7.628.133

(1) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso e BMB.

(e) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

Descrição	31/12/2014
SETOR PÚBLICO	47.934.072
Administração Direta	25.215.734
Administração Indireta – Petroquímico	11.269.806
Administração Indireta – Saneamento e Infraestrutura	3.863.358
Administração Indireta – Outros	7.585.174
SETOR PRIVADO	557.089.125
PESSOA JURÍDICA	122.272.415
Comércio varejista	25.626.361
Construção civil	15.104.225
Siderurgia e Metalurgia	9.615.257
Energia elétrica	9.655.847
Serviços financeiros	5.840.081
Outras indústrias	8.442.422
Transporte	9.038.161
Agronegócio e Extrativismo	3.688.586
Comércio atacadista	5.872.840
Saúde	3.647.364
Saneamento e infraestrutura	3.518.471
Petroquímico	2.321.577
Têxtil	2.106.974
Comunicação	1.564.542
Alimentação	1.924.034
Serviços pessoais	375.437
Outros serviços	13.930.236
PESSOA FÍSICA	434.816.710
Total	605.023.197

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Receitas de operação de crédito

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	19.400.509	36.105.307
Financiamentos rurais e agroindustriais	94.164	154.477
Financiamentos imobiliários	14.200.818	26.287.120
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	2.220.126	3.794.730
Outros créditos	3.630	7.075
Total	35.919.247	66.348.709

(g) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(g.1) Carteiras cedidas

Descrição	Créditos Ativos	Créditos Baixados Prejuízo	Valor total da Cessão	Valor Pago
EMGEA (1)	2.409.162	4.810.217	7.219.379	1.529.086
Renova Securitizadora S.A.	764.075	286.894	1.050.969	50.236
TOTAL	3.173.237	5.097.111	8.270.348	1.579.322

(1) Valor de venda apurado após reposicionamento dos valores dos contratos cedidos, em nov/14.

Resultado com cessão de carteiras		
Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Receitas	2.164.868	2.164.868
Lucros em operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (1)	-	-
Valor Recuperado Prejuízo (1)	617.948	617.948
Reversão de Provisão (1)	1.546.920	1.546.920
Despesas	(2.348.044)	(2.529.252)
Despesas vinculadas a cessões (2)	(231.835)	(413.043)
Prejuízos de obrigações por operações vinculadas à cessão (1)	(2.116.209)	(2.116.209)
Resultado (1)	(183.176)	(364.384)

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a EMGEA e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para securitizadoras.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No decorrer do 2º semestre de 2014 foi firmado entre a CAIXA e a Empresa Gestora de Ativos – EMGEA cessão de créditos sem coobrigação no valor de R\$ 7.219.379, gerando um resultado líquido positivo de R\$ 139.806. Ainda nesse período, foi também firmado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros SA cessão onerosa de crédito no valor de R\$ 1.050.969.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

No decorrer do 2º semestre de 2014 foram realizadas junto a RB Capital Securitizadora Residencial S.A, cessões de créditos de operações imobiliárias com coobrigação no valor de R\$ 1.783.082.

(g.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas		
Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Modalidade Com Coobrigação (1)	4.319	13.224
Rendas de Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	4.603	14.011
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(284)	(787)
Modalidade Sem Coobrigação (2)	919.081	1.702.106
Rendas de Créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	928.666	1.712.026
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(9.585)	(9.920)
Resultado	923.400	1.715.330

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(h) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2014	%
Principal devedor	11.269.806	1,86
10 maiores devedores	42.036.699	6,95
20 maiores devedores	56.786.112	9,39
50 maiores devedores	77.560.357	12,82
100 maiores devedores	89.805.708	14,84

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Movimentação da carteira de renegociação

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Operações Renegociadas	5.255.152	10.456.823
Operações Comerciais	4.734.691	9.575.947
Operações Habitacionais	520.461	880.876
Operações Recuperadas	1.527.097	2.117.307
Operações Comerciais	985.575	1.527.527
Operações Habitacionais	541.522	589.780

(j) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(25.411.010)	(23.966.296)
Constituição de provisão no período	(12.306.980)	(21.637.366)
Reversão de provisão no período	5.580.988	8.481.705
Transferência para prejuízo	5.330.403	10.315.358
Saldo final	(26.806.599)	(26.806.599)

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

Descrição	31/12/2014
Créditos por Avais e Fianças Honrados	29.185
Carteira de Câmbio – Nota 9 (c)	2.506.525
Rendas a Receber	2.778.250
Convênios setor privado	93.957
Convênios setor público	352.279
Administração de fundos de investimento	47.683
Administração de fundos e programas sociais	1.988.084
Repasse OGU	190.080
Outras rendas a receber	106.167
Negociação e Intermediação de valores	2.766
Créditos Específicos	765.695
Diversos – Nota 9 (b)	54.078.972
Provisão para Outros Créditos	(290.426)
Total	59.870.967
Ativo circulante	34.305.119
Ativo não circulante	25.565.848

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Outros créditos - diversos

Descrição	31/12/2014
Créditos tributários – (Nota 20)	25.193.056
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	12.625.881
Adiantamentos e antecipações salariais	190.799
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	1.400.065
Impostos e contribuições a compensar	1.085.148
Cartão de crédito (1)	7.313.709
Prêmio em aquisição de carteiras	1.188.447
Seguros a receber	125.950
Créditos adquiridos	684.730
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	280.194
Valores a receber – royalties (2)	17.260
Valores a receber – FND	410.761
Valores a receber - correspondentes bancários	146.546
Valores a receber - resgate de bônus	97.994
Valores a receber - convênios de arrecadação e pagamentos	47.118
Valores a receber - créditos administrados	25.630
Valores a receber - planos de saúde autogestão	22.224
Valores a receber – TVM no exterior	344.967
Valores a apropriar	3.976.640
Outros devedores	384.199
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)
Provisão para perdas - diversos (3)	(71.259)
Total	54.078.972
Ativo circulante	28.484.931
Ativo não circulante	25.594.041

- (1) Inclui R\$ 7.171.685 de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (d)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.
- (2) Variação em 2014 refere-se à liquidação do contrato de aquisição de royalties e participações especiais decorrentes da exploração de petróleo e gás natural da RIOPREVIDENCIA.
- (3) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c) Carteira de câmbio

Descrição	31/12/2014
Ativo - Outros créditos	
Câmbio comprado a liquidar – Moeda Estrangeira	19.581
Direitos sobre vendas de câmbio – Moeda Nacional	2.488.705
(-) Adiantamentos recebidos – Moeda Nacional	(1.761)
Ativo circulante (Nota 9 (a))	2.506.525
Passivo - Outras obrigações	
Câmbio vendido a liquidar – Moeda Estrangeira	165.694
Obrigações por compras de câmbio – Moeda Nacional	176.968
Passivo circulante (Nota 18 (a))	342.662

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c.1) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Receitas	11.480.074	17.762.329
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.947.290	11.808.336
Títulos emitidos no exterior	3.509.266	5.921.462
Outras	23.518	32.531
Despesas	(12.810.008)	(18.792.287)
Despesas de variações e diferenças de taxas	(7.231.725)	(11.222.967)
Títulos emitidos no exterior	(5.578.022)	(7.568.876)
Outras	(261)	(443)
Resultado de câmbio	(1.329.934)	(1.029.957)

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável.

Também é composto por despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC e pelo estoque de material de consumo.

Descrição	31/12/2014
Bens não de uso próprio	1.567.595
Imóveis patrimoniais não de uso	224.992
Imóveis adjudicados/arrematados	1.342.603
Despesas antecipadas	46.189
Material de consumo	35.072
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	(90.591)
Total	1.558.265

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Saldo inicial	(30.371)	(31.614)
Constituição	(70.026)	(95.274)
Baixas	9.806	36.297
Saldo final	(90.591)	(90.591)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA são compostos essencialmente pela Caixa Participações S.A (CAIXAPAR).

Descrição	Investimento	Resultado de Equivalência Patrimonial	
	31/12/2014	2014	
		2º semestre	Exercício
CAIXAPAR	5.016.786	403.940	681.689
Câmara Interban. de Pagamento – CIP	2.967	-	-
BIAPE	619	2	(207)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	91.943	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	210.991	-	-
Outros Investimentos (1)	3.863	-	-
Total	5.327.169	403.942	681.482

(1) Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos	
Descrição	Acumulado 2014
Saldo anterior	272.719
Amortizações	(46.560)
Saldo atual	226.159

Nota 12 – Imobilizado de uso

Em junho/2014 a CAIXA alterou o critério de apuração da depreciação dos imóveis de uso, em conformidade com as determinações do COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Esse ajuste não apresenta materialidade para rerepresentação dos valores comparativos dos períodos de 31/12/2013.

Com o índice de imobilização apurado de 14,43%, a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Informações do imobilizado de uso			
Descrição	31/12/2014		
	Custo	Depreciação	Líquido
Imóveis de uso	1.258.361	(355.224)	903.137
Edificações	1.196.546	(355.224)	841.322
Terrenos	61.815	-	61.815
Reaval. de imóveis de uso	739.998	(178.338)	561.660
Edificações	540.437	(178.338)	362.099
Terrenos	199.561	-	199.561
Outras imobilizações de uso	6.710.077	(4.420.704)	2.289.373
Imobilizações em curso	32.401	-	32.401
Inst., móveis e equip. de uso	1.434.706	(762.815)	671.891
Sistema de comunicação	91.935	(74.223)	17.712
Sistema de proc.de dados	4.772.094	(3.322.045)	1.450.049
Sistema de transporte e segurança	378.941	(261.621)	117.320
Total	8.708.436	(4.954.266)	3.754.170

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 13 – Intangível

Descrição	31/12/2014			
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471
Outros ativos intangíveis	370.855	(45.987)	-	324.868
Projetos logiciais - Software	1.101.751	(245.941)	-	855.810
Total	4.270.256	(1.116.939)	(6.168)	3.147.149

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	31/12/2014
Depósitos à vista – sem remuneração	27.013.964
Pessoas físicas	12.323.481
Pessoas jurídicas	11.550.896
Vinculados	1.842.482
Governo	918.168
Moedas estrangeiras	11.023
Instituições do sistema financeiro	60.575
Entidades públicas	170.142
Outros	137.197
Depósitos de poupança – remuneração pós fixada	236.836.068
Pessoas físicas	234.391.366
Pessoas jurídicas	2.442.270
Vinculados	2.432
Depósitos interfinanceiros	3.663.877
Depósitos a prazo	143.348.461
Remuneração prefixada	67.065.402
Depósitos a prazo em moeda nacional	67.065.402
Remuneração pós-fixada	76.283.059
Depósitos a prazo em moeda nacional	22.826.263
Depósitos judiciais com remuneração	53.456.796
Depósitos especiais e de fundos e programas	8.476.386
Sem remuneração	263.759
Remuneração prefixada	494.003
Remuneração pós-fixada	7.718.624
Total	419.338.756
Passivo circulante	341.760.050
Passivo não circulante	77.578.706

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Descrição	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de 360 dias	31/12/2014
Depósitos à Vista	27.013.964	-	-	-	27.013.964
Depósitos de Poupança	236.836.068	-	-	-	236.836.068
Depósitos Interfinanceiros	-	2.018.021	1.205.796	440.060	3.663.877
Depósitos a prazo	53.484.592	3.863.348	8.861.875	77.138.646	143.348.461
CDB	13.114	3.863.348	8.861.875	77.138.646	89.876.983
Depósitos Judiciais	53.456.796	-	-	-	53.456.796
Outros	14.682	-	-	-	14.682
Depósitos especiais e de fundos e programas (Nota 14 (d))	8.476.386	-	-	-	8.476.386
Total	325.811.010	5.881.369	10.067.671	77.578.706	419.338.756

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Despesas de captações com depósitos

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Depósitos de Poupança	(7.685.242)	(14.517.622)
Depósitos Interfinanceiros	(186.586)	(295.465)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(4.696.681)	(8.359.215)
Depósitos judiciais	(1.438.818)	(2.682.538)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(542.655)	(1.063.910)
Outras captações	(311.209)	(589.046)
Total	(14.861.191)	(27.507.796)

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	31/12/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	2.901.111
Depósitos - Especiais com remuneração	1.824.348
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (d.2)	1.763.026
Depósitos – PRODEC	52.047
Programa de Integração Social – PIS	22.671
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	69.166
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	383.860
Depósitos – PREVHAB	623.966
Saúde CAIXA	263.759
Outros	572.432
Total	8.476.386

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

Descrição	Taxa de Remuneração	2014	
		2º semestre	Exercício
Depósitos - FGTS	Selic	(272.544)	(558.091)
Depósitos - FAT	Selic e TJLP	(49.298)	(95.128)
Depósitos - PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(1.760)	(2.409)
Depósitos - PIS	Extra mercado	(27.216)	(50.924)
Depósitos - FAR	Selic	(20.295)	(36.234)
Depósitos - FDS	Selic fator dia	(20.969)	(39.376)
Depósitos - Tesouro Nacional	Selic	(16.978)	(31.333)
Depósitos - PREVHAB	Selic	(33.179)	(61.600)
Depósitos - FCA	Extra - mercado	(22.149)	(41.457)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(31.177)	(56.248)
Outros		(47.090)	(91.109)
Total		(542.655)	(1.063.909)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, “pro-rata” dia, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT nº 439/2005 e nº 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	Devolução de Recursos do FAT		31/12/2014		
		Forma	Data	Disponível	Aplicado	Total
Programas				462.236	1.226.330	1.688.566
Proger urbano				374.230	844.004	1.218.234
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005	374.230	844.004	1.218.234
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005	-	-	-
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005	-	-	-
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007	-	-	-
FAT infraestrutura				64.789	378.609	443.398
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008	64.789	378.609	443.398
FAT – PNMPO				23.217	3.717	26.934
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007	23.217	3.717	26.934
Linhas de crédito especiais				300	74.160	74.460
FAT - vila panamericana	jan/05	SD	09/12/2005	300	74.160	74.460
Total				462.536	1.300.490	1.763.026

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	31/12/2014
Carteira Própria (1)	76.689.005
Letras Financeiras do Tesouro	-
Letras do Tesouro Nacional	41.115.381
Notas do Tesouro Nacional	27.661.569
Debêntures	7.380.696
Certificados de Recebíveis Imobiliários	531.359
Carteira de Terceiros	96.080.879
Letras Financeiras do Tesouro	6.876.951
Letras do Tesouro Nacional	34.742.305
Notas do Tesouro Nacional	54.461.623
Total	172.769.884
Passivo circulante	165.935.128
Passivo não circulante	6.834.756

(1) Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Carteira própria	(4.139.571)	(7.376.051)
Carteira de terceiros	(6.064.102)	(10.161.535)
Carteira de livre movimentação	(114.669)	(114.669)
Total	(10.318.342)	(17.652.255)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos
(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	Vencimento				31/12/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Letra Hipotecária	IGP-M	-	-	-	622.177	622.177
Letra Hipotecária	INPC	-	-	-	13.522	13.522
Letra Hipotecária	TR	1.344	498	-	-	1.842
Letra de Crédito Imobiliário	IGP-M	-	-	-	9.011	9.011
Letra de Crédito Imobiliário	CDI	8.678.499	10.494.725	18.137.025	49.331.523	86.641.772
Letra Financeira	CDI	1.269.223	571.479	5.607.209	29.627.414	37.075.325
Letra Financeira	IPCA	-	-	-	800.129	800.129
Letra de Crédito do Agronegócio	CDI	236.806	40.277	706.774	823.592	1.807.449
Total		10.185.872	11.106.979	24.451.008	81.227.368	126.971.227
Passivo circulante						45.743.859
Passivo não circulante						81.227.368

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Letras Imobiliárias	(3.722.380)	(6.294.664)
Letras Hipotecárias	(43.150)	(90.118)
Letras Financeiras	(2.012.100)	(3.481.578)
Letras de Crédito do Agronegócio	(118.870)	(234.926)
Total	(5.896.500)	(10.101.286)

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realizou a emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014 foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada, cujas características são apresentadas a seguir:

Notas Seniores	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	31/12/2014 (1)
1ª série	US\$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	2.519.469
2ª série	US\$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.259.734
3ª série	US\$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	3.424.702
4ª série	US\$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	3.573.945
Total						10.777.850

(1) Valores em milhares de R\$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
Marcação a mercado de TVM no exterior	9.453	(126.841)
Juros e deságio com TVM no exterior	(42.126)	(42.126)
Administrativas e tributárias	(220.916)	(374.910)
Total	(253.589)	(543.877)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

Descrição	31/12/2014
Repasses no país	177.431.598
FGTS	145.033.444
BNDES	29.705.446
Tesouro Nacional – PIS	780.580
Outras instituições	1.912.128
Empréstimos no exterior	5.450.039
Tomados junto a instituições financeiras no exterior	2.020.285
Demais linhas de crédito	3.429.754
Total de obrigações por empréstimos e repasses	182.881.637
Passivo circulante	7.009.426
Passivo não circulante	175.872.211

(a) Repasses no país

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no exterior

O saldo dos empréstimos no exterior é composto, substancialmente por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no exterior sujeitos a juros de até 2,052% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2016. Os demais recursos tomados no exterior referem-se a captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 1,3853% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2015.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

Descrição	2014	
	2º semestre	Exercício
FGTS	(5.288.106)	(9.790.907)
BNDES	(762.199)	(1.562.852)
Tesouro Nacional – PIS	(26.940)	(49.895)
Empréstimos no exterior	(315.072)	(384.084)
Fundo Marinha Mercante	(195.418)	(219.845)
Outras instituições	(48.009)	(78.447)
Total	(6.635.744)	(12.086.030)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

Descrição	31/12/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	342.884
Carteira de Câmbio (Nota 9 (c))	342.662
Sociais e estatutárias	1.879.939
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.920.552
Negociação e intermediação de valores	70.597
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	10.107.859
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	1.900.636
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.177.205
Diversas (Nota 18 (e))	51.254.521
Total	87.996.855
Passivo circulante	58.702.775
Passivo não circulante	29.294.080

(b) Fiscais e previdenciárias

Descrição	31/12/2014
Tributos sobre salários a recolher	420.855
Tributos sobre serviços a recolher	246.552
Tributos sobre lucros a recolher	260.452
Imposto de renda	89.502
Contribuição social	38.627
COFINS	113.878
PASEP	18.445
Tributos diferidos	828.729
Reavaliação – edificações	144.104
Contratos futuros	627.790
Benefícios pós-emprego	-
Tarifas a receber da União	32.835
Outros	24.000
Prov. riscos fiscais (Nota 30 (a))	163.964
Total	1.920.552
Passivo circulante	1.776.448
Passivo não circulante	144.104

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administradas pela CAIXA.

Descrição	31/12/2014
Fundos e programas sociais	8.074.813
FGTS	4.100.400
Minha Casa Minha Vida	2.876.925
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	281.990
Programas de transferência de renda	140.812
Outros fundos e programas	674.686
Fundos financeiros e de desenvolvimento	549.281
PIS	497.803
FAT	50.060
FINSOCIAL	1.418
Operações com loterias	1.483.765
Total	10.107.859

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital**(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II**

Em 2014 a CAIXA contratou 10 Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II, sendo 02 dívidas subordinadas, 07 letras financeiras subordinadas e 01 Nota Subordinada no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes. O valor total captado passou a compor o capital da instituição, refletindo positivamente no PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Em 2014, a CAIXA realizou captação de R\$ 228.900 em um total de 07 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local para composição do Nível II do Patrimônio de Referência – PR. Todas as LFS foram consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA concluiu com sucesso uma captação de US\$ 500.000 mil (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate (*call*) no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro, e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal menor do que 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) determinação pelo Banco Central de não viabilidade do banco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

Vencimento	Rem. a.a.	Data captação	Valor emitido	Atualização monetária e juros	Amort.	Saldo devedor 31/12/2014
Obrigações de Empréstimos - Recursos do FGTS						
20/02/2020	6,300%	out/05	3.439.717	2.514.492	(1.549.900)	4.404.309
20/04/2026	5,996%	ago/11	3.000.000	708.587	-	3.708.587
20/07/2032	5,082%	jun/12	3.000.000	434.019	-	3.434.019
20/12/2033	5,15%	out/14	3.000.000	7.518	-	3.007.518
20/02/2038	4,80%	dez/14	4.000.000	-	-	4.000.000
Letra Financeira elegível – Nível II						
03/06/2020	110%CDI	jun/14	10.000	699	-	10.699
02/07/2019	110%CDI	jul/14	18.000	451	-	18.451
20/12/2021	110%CDI	dez/14	1.500	13	-	1.513
03/06/2024	100%IPCA	jun/14	200.000	13.388	-	213.388
TVM no exterior elegível – Nível II						
23/07/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	272.271	-	1.378.721
Total						20.177.205

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar. A CAIXA possui 06 (seis) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (IHCD) autorizados à composição do seu Capital Principal e não possui instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R\$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como Instrumento Híbrido de Capital e Dívida – IHCD, conforme definido, à época, pela Resolução CMN nº 3.444/2007. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R\$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R\$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R\$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R\$ 6.800.000 e R\$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº. 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser aplicado.

Ainda, a CAIXA contratou em junho de 2013 R\$ 8.000.000 através dos IHCDs nº 868 (R\$ 3.000.000) e nº 869 (R\$ 5.000.000).

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, a reclassificação para o patrimônio líquido dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal. Assim, informações adicionais sobre os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal podem ser verificadas na Nota 19 (b).

Em dezembro de 2014, o valor de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, não elegíveis a capital, corresponde a R\$ 1.900.636.

(e) Diversas

Descrição	31/12/2014
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	11.665.078
Saúde Caixa	9.346.949
Auxílio e cesta alimentação	861.147
Planos de benefícios - Previdência privada	1.456.982
Provisões para pagamentos a efetuar	4.102.417
Credores diversos - País (Nota 18 (f))	15.322.976
Provisões para causas judiciais - demandas trabalhistas (Nota 30 (a))	2.836.810
Provisões para causas judiciais - demandas cíveis (Nota 30 (a))	2.575.029
Provisões para causas judiciais - outras (Nota 30 (a))	5.713
Financiamentos imobiliários a liberar	7.926.702
Recursos vinculados a operações de crédito (1)	60.531
Recursos vinculados a cessão de crédito (2)	5.496.219
Obrigações por convênios	622.597
Obrigações por contribuições ao SFH	67.681
Recursos do FGTS para amortizações	450.660
Valores a pagar a sociedades ligadas	122.019
Credores diversos exterior	89
Total	51.254.521

- (1) Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.
- (2) Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Credores diversos – País

Descrição	31/12/2014
Cartões de crédito	7.328.476
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA) (1)	59.256
Fornecedores	885.967
Aquisição de folhas de pagamento - valores a liberar	536.121
Crédito comercial – repasses	153.984
Crédito imobiliário – repasses	961.460
Obrigações com a União – repasses	41.607
Outros credores – poupança simplificada	500.195
Contas a pagar	158.468
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	54.695
Valores a restituir – penhor	144.601
Valores a apropriar	4.152.811
Outros credores diversos	345.335
Total	15.322.976

(1) EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

Nota 19 – Patrimônio líquido**(a) Capital social**

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013 aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R\$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(b) Instrumentos de dívidas elegíveis a capital principal

Em seu artigo 16, a Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades (going-concern).

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações financeiras.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R\$ 8.000.000 (Contrato nº 868 de R\$ 3.000.000 e nº 869 de R\$ 5.000.000).

Assim, os R\$ 8.000.000 contratados em junho de 2013, aderentes aos requisitos elencados na Resolução CMN nº 4.192/13 para integrar o Capital Principal foram autorizados em agosto de 2013 pelo Banco Central do Brasil a compor integralmente o Nível I – Capital Principal do PR, onde passaram a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os IHCDs nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis à Nível I – Capital Principal, data onde passam a compor também o PL da CAIXA para fins de evidenciação.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Tais contratos foram aditados com cláusulas semelhantes aos contratos nº 868 e 869 e eram mantidos como Capital Complementar enquanto aguardavam autorização do BACEN para reclassificação ao Capital Principal.

Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA são classificados como Capital Principal e, portanto, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação. A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos.

Discriminação	31/12/2014
Contrato 348	7.303.701
Contrato 504	7.453.659
Contrato 752	6.800.000
Contrato 754	6.310.598
Contratos 868 e 869	8.000.000
Total	35.867.958

Para fins de composição do PR, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 16,07% (Nota 32), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

Descrição	31/12/2014
Reservas de Reavaliação	408.392
Reservas de Lucros	6.873.097
Reserva legal	2.325.326
Reserva estatutária – loterias	2.159.653
Reservas margem operacional	2.388.118

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período. Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio proporcionou redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R\$ 519.427 em 2014.

Descrição	31/12/2014
Lucro líquido	7.091.785
Ajuste de exercício anterior	-
Reserva legal	(319.830)
Realização de reserva	6.947
Reserva de loterias	(704.654)
Remuneração de IHCD	(695.184)
Base para cálculo dos dividendos	5.379.064
Dividendos declarados	2.990.946
Juros sobre o capital próprio	1.298.567
Dividendos	1.692.379

Em 2014 foi repassado à União o montante de R\$ 95.437 a título de dividendos complementares do exercício de 2012, e de R\$ 1.346.464, a título de dividendos complementares do exercício de 2013, perfazendo um montante total de R\$ 1.441.901; e o montante de R\$ 2.990.946, a título de antecipação de dividendos do exercício de 2014.

Nota 20 – Imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%; créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 31/12/2014 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% - 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2015	280.976	123.941	12.001.723	12.406.640
2016	28.669	-	5.841.417	5.870.086
2017	152.798	-	925.725	1.078.523
2018	281.280	-	502.279	783.559
2019	435.975	-	512.719	948.694
2020	376.392	-	522.269	898.661
2021 a 2024	-	-	3.206.893	3.206.893
Total	1.556.090	123.941	23.513.025	25.193.056
Valor Presente	1.252.692	122.593	20.780.844	22.156.129

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos Créditos Tributários - IRPJ/CSLL			
Descrição	31/12/2014		
	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças Temporárias:	13.257.617	7.758.476	21.016.093
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.688.700	5.079.812	13.768.512
Passivos Atuariais	1.420.024	852.015	2.272.039
Provisões Trabalhistas	709.202	425.521	1.134.723
Provisões Cíveis	703.304	421.982	1.125.286
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	481.141	288.685	769.826
Ajuste a Vr de Mercado de Títulos p/ Negociação	409.154	245.493	654.647
Provisão p/ Desvalorização de Bens Não de Uso	8.106	4.864	12.970
Provisões Fiscais	31.130	18.678	49.808
Outros	806.856	421.426	1.228.282
Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL:	1.556.090	123.941	1.680.031
Prejuízo Fiscal a Realizar	1.556.090	-	1.556.090
Crédito de CSLL a 18% a Realizar	-	123.941	123.941
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	14.813.707	7.882.417	22.696.124
Ajuste a Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda	603.445	362.067	965.512
Perdas Atuariais CPC 33	836.243	501.747	1.337.990
Total dos Créditos com Impacto no Patrimônio Líquido	1.439.688	863.814	2.303.502
Total dos Créditos Tributários	16.253.395	8.746.231	24.999.626
Total dos Créditos Não Constituídos	995.283	590.956	1.586.238

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos Créditos Tributários - PASEP/COFINS

Descrição	31/12/2014		
	PASEP	COFINS	Total
Total dos Créditos com Impacto no Resultado	10.584	65.131	75.715
Ajuste a Mercado	10.584	65.131	75.715
Total dos Créditos c/ Impacto no Patrim. Líquido	16.455	101.260	117.715
Ajuste a Vr de Mercado Títulos Disp. para Venda	16.455	101.260	117.715
Total	27.039	166.391	193.430

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário

Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2013	22.635.778	(2.470.231)	20.165.547
Constituição de Diferenças Temporárias de IRPJ e CSLL no Período	3.534.449	-	3.534.449
Constituição de Provisão	(883.993)	883.993	-
Reversão PASEP/COFINS	(15.632)	-	(15.632)
Constituição sobre o ajuste a valor de mercado de Títulos Disponíveis para Venda	2.069.158	-	2.069.158
Realização do Crédito Tributário IRPJ	(281.501)	-	(281.501)
Realização do Crédito Tributário CSLL	(158.346)	-	(158.346)
Baixa de Crédito Tributário - Ano 2002 MP 2.158-35/01	(120.619)	-	(120.619)
Saldo em 31/12/2014	26.779.294	(1.586.238)	25.193.056

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

Descrição	2014			
	2º Semestre		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	2.542.107	2.542.107	6.006.114	6.006.114
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(635.490)	(381.300)	(1.501.479)	(900.902)
Efeitos tributários adições e exclusões	110.559	81.521	(222.079)	(115.970)
Juros sobre o capital próprio	310.261	186.157	498.438	299.063
Participação dos empregados nos lucros	210.754	126.452	298.703	179.222
Ativo fiscal diferido – Realização de PF e BN	(20.286)	(24.608)	253.782	250.692
Incentivo fiscal	15.774	-	49.529	-
Reserva de reavaliação	1.854	1.112	5.867	3.520
Despesa corrente	(6.574)	(10.666)	(617.239)	(284.375)
Ativo fiscal diferido	1.452.931	835.732	1.947.375	1.023.126
Diferenças temporárias	1.432.646	867.114	2.201.156	1.329.809
Prejuízo Fiscal / Base Negativa de CSLL	20.285	(27.716)	(253.781)	(186.064)
CSLL a 18%	-	(3.666)	-	(120.619)
Passivo Fiscal Diferido	(167.431)	(100.513)	132.608	79.474
Despesa diferida/marcação a mercado	(167.431)	(100.513)	132.608	79.474
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.278.926	724.553	1.462.744	818.225

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Resultado de operação de crédito	35.919.247	66.348.709
Operações compromissadas	7.674.861	12.380.946
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.917.534	8.553.596
Ativos financeiros disponíveis para venda	923.798	1.728.906
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	2.508.168	5.367.628
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	2.353.175	1.460.036
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	3.876.248	7.308.196
Créditos vinculados ao SFH	817.377	1.628.112
Outras	391.543	1.013.487
Total	58.381.951	105.789.616

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Operações com clientes	(20.028.450)	(36.249.707)
Operações com instituições financeiras	(186.586)	(295.466)
Operações compromissadas	(10.318.342)	(17.652.255)
Empréstimos, cessões e repasses	(6.635.744)	(12.086.030)
Resultado com câmbio	(1.329.934)	(1.029.957)
Depósitos especiais e fundos e programas	(542.655)	(1.063.909)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(6.727.204)	(13.156.873)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(2.348.044)	(2.529.252)
Total	(48.116.959)	(84.063.449)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Tesouro Nacional e administração de fundos sociais	3.182.349	5.985.008
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.999.674	3.903.141
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	71.312	128.650
Programa de Integração Social (PIS)	105.674	127.917
Loterias Federais	750.464	1.319.428
Financiamento Estudantil - (FIES)	154.409	282.358
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	35.190	73.694
Repasse Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	36.931	88.452
Seguro-desemprego	28.153	59.630
Outros	542	1.738
Rendas de cartões	784.390	1.515.420
Operações de crédito e garantias prestadas	980.183	1.820.147
Cobrança	324.838	637.623
Arrecadações	1.130.094	2.279.241
Fundos de investimentos e carteiras administradas	743.741	1.443.204
Conta corrente	110.994	165.610
Programa de Transferência de Renda	180.091	363.112
Prestados a ligadas	272.765	556.536
Outros serviços	233.620	464.047
Total	7.943.065	15.229.948

b) Rendas de Tarifas Bancárias

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Rendas de cartões	280.846	494.111
Operações de crédito e cadastro	461.185	876.678
Pacote de serviços	720.572	1.389.866
Contas de depósito	193.401	358.030
Transferência de recursos	90.428	165.614
Outras	8.212	15.344
Total	1.754.644	3.299.643

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 24 – Despesas com pessoal

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Proventos	(5.847.629)	(11.165.513)
Salários e proventos	(5.384.110)	(10.380.641)
Indenizações trabalhistas	(463.519)	(784.872)
Benefícios	(1.184.478)	(2.243.740)
Encargos sociais:	(2.214.204)	(4.280.058)
FGTS	(409.172)	(791.959)
Previdência social	(1.256.844)	(2.437.480)
Prev. complementar	(408.603)	(797.547)
Outros encargos	(139.585)	(253.072)
Outros	(99.210)	(190.300)
Total	(9.345.521)	(17.879.611)

Nota 25 – Outras despesas administrativas

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Comunicações	(355.390)	(685.433)
Manutenção e conservação de bens	(463.020)	(903.306)
Água e energia	(157.718)	(321.355)
Aluguéis e arrendamento de bens	(687.288)	(1.338.435)
Despesas de material	(84.610)	(187.868)
Processamento de dados	(657.178)	(1.231.770)
Promoções e relações públicas	(186.851)	(354.112)
Propaganda e publicidade	(286.455)	(519.447)
Serviços do sistema financeiro	(228.527)	(429.980)
Serviços de terceiros	(773.735)	(1.556.203)
Serviços especializados	(354.243)	(673.620)
Serviços de vigilância e segurança	(423.003)	(869.301)
Amortização	(324.675)	(649.173)
Depreciação	(427.649)	(825.693)
Outras	(207.247)	(385.610)
Total	(5.617.589)	(10.931.306)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 26 – Outras receitas operacionais

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Comissões e taxas s/ operações	49.263	657.752
Comissões e taxas s/ operações - agente financeiro FGTS	2.158.346	3.917.834
Recuperação de despesas (1)	1.700.101	2.300.525
Reversão de outras provisões operacionais	1.336.851	2.284.986
Receitas de dividendos	669	7.230
Atualização de depósitos em garantia	377.400	706.439
Rendas de créditos específicos	35.450	66.444
Receita de deságio na aquisição de royalties	1.349	77.530
Recuperação de despesas - PASEP/COFINS (2)	172.355	405.370
Outras receitas operacionais	429.281	811.620
Total	6.261.065	11.235.730

(1) Variação apresentada no 2º semestre de 2014 refere-se essencialmente à recuperação de despesas com perdas registradas por multiplicidade de concessões de financiamentos habitacionais com cobertura do FCVS (R\$ 1.036.661);

(2) Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

Nota 27 – Outras despesas operacionais

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
FCVS a receber - provisão/perdas	(352.683)	(545.486)
Obrigações com fundos e programas	(980.068)	(1.239.416)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(328.830)	(1.232.845)
Despesas com cartão	(742.429)	(1.298.523)
Despesas com loterias	(115.276)	(214.563)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(1.152.844)	(2.175.340)
FGTS - Arrecadação/pagamento	(243.852)	(490.358)
Serviços automatizados	(147.950)	(282.354)
Alavancagem de negócios	(259.427)	(434.229)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	(156.820)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(348.572)	(674.190)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(146.368)	(274.548)
Descontos de operações de crédito	(420.272)	(560.654)
Disp. com operações de fomento - atualização monetária	(157.176)	(244.901)
Despesas com títulos emitidos no exterior	(253.589)	(379.121)
Disp. provisões operacionais	(337.975)	(608.864)
Provisão para causas judiciais	(394.495)	(879.801)
Condenações judiciais	(106.372)	(209.520)
Benefícios sociais	(39.198)	(64.150)
Benefício pós-emprego	(419.290)	(838.586)
Outras	(395.633)	(1.024.021)
Total	(7.342.299)	(13.828.290)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 28 – Resultado não operacional

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Receitas não operacionais	103.823	208.984
Lucro na alienação de valores e bens	37.373	80.608
Alienação de bens imóveis	11.078	24.626
Sobras de caixa não reclamadas	24.591	49.412
Ganhos de capital com ajuste de valores pendentes	2.031	2.090
Multas e penalidades	18.334	36.908
Reversão perdas investimentos permanentes avaliados pelo custo	2	2
Outras rendas não operacionais	10.414	15.338
Despesas não operacionais	(432.583)	(823.634)
Desvalorização de outros valores e bens	(67.248)	(76.640)
Indenizações por perdas e danos	(90.804)	(199.885)
Perdas em imóveis	(22.335)	(46.109)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(150.532)	(249.853)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(14.523)	(24.406)
Perdas em cartões de crédito	(45.612)	(78.640)
Perdas em investimentos permanentes avaliados pelo custo	(12.506)	(109.624)
Perdas de capital	(783)	(963)
Outras despesas não operacionais	(28.240)	(37.514)
Total	(328.760)	(614.650)

Nota 29 – Despesas tributárias

Descrição	2014	
	2º Semestre	Exercício
Contribuição COFINS	(990.218)	(1.993.891)
PIS/PASEP	(161.227)	(324.620)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	(273.798)	(511.083)
Despesas com IPTU	(4.523)	(57.718)
Outras	(21.666)	(25.687)
Total	(1.451.432)	(2.912.999)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as provisões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.

Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:

a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;

b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.

As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

Descrição	31/12/2013	2014					31/12/2014
		Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	
Fiscais (Nota 18 (b))	254.259	18.654	7.404	30.161	(144.216)	(2.298)	163.964
INSS	52.116	11.333	829	6.666	(51.276)	-	19.668
ISS	152.780	3.166	3.746	18.639	(74.306)	(1.545)	102.480
Outros	49.363	4.155	2.829	4.856	(18.634)	(753)	41.816
Cíveis (Nota 18 (e))	2.642.634	398.952	84.457	440.655	(770.529)	(221.140)	2.575.029
Perdas e danos	889.979	259.151	38.875	144.758	(349.208)	(150.862)	832.693
Poupança	729.129	71.980	6.055	226.375	(82.694)	(68.338)	882.507
Loterias	11.685	8.147	1.459	7.447	(13.240)	(24)	15.474
Crédito imobiliário	128.488	16.665	1.293	5.939	(42.868)	(1.484)	108.033
Contingenciamento do FGTS	883.353	43.009	36.775	56.136	(282.519)	(432)	736.322
Trabalhistas (Nota 18 (e))	3.086.733	565.294	89.388	976.586	(1.470.321)	(410.870)	2.836.810
Outras (Nota 18 (e))	58.312	18.615	-	-	(71.214)	-	5.713
Total	6.041.938	1.001.515	181.249	1.447.402	(2.456.280)	(634.308)	5.581.516

(i) Ações fiscais

A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.

Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, repositionados para 31 de dezembro de 2014, correspondem ao total de R\$ 1.467.472, para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R\$ 19.668.

Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados. Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 31 de dezembro de 2014, corresponde ao montante de R\$ R\$ 556.402. Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R\$ 102.480.

Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R\$ 7.054, em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas

A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 56.802 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 54.163 “não relevantes” e 2.639 “relevantes”.

Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis

A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 31 de dezembro de 2014 constavam 303.942 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 302.876 “não relevantes” e 1.066 “relevantes”.

Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança. A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 31 de dezembro de 2014 foi provisionado R\$ 882.507 para estes processos. Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2014 para estes processos foi de R\$ 736.322.

As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.

Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, conseqüentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível

Com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

Descrição	31/12/2014
Demandas Fiscais	5.512.106
Demandas Cíveis	1.318.151
Total	6.830.257

(i) Ações fiscais

A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R\$ 5.512.106, em 31 de dezembro de 2014, dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:

a) O montante de R\$ 76.303, refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;

b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 4.491.551, em 31 de dezembro de 2014, pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº. 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;

c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R\$ 199.801, em 31 de dezembro de 2014, com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;

d) CSLL, no valor de R\$ 147.465, em 31 de dezembro de 2014, relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

e) Autuação de ICMS pela Fazenda do Estado de São Paulo, no valor total de R\$ 218.672, em 31 de dezembro de 2014, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de “comunicação” para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).

As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Ações cíveis

A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remota.

O montante de R\$ 1.318.151 classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH

(c) Composição dos depósitos judiciais:

Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

Descrição	31/12/2014
Demandas Fiscais	9.317.717
Demandas Cíveis	738.906
Demandas Trabalhistas	2.569.258
Total	12.625.881

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora

A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

(b) Partes Relacionadas

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	Relacionamento
Secretaria do Tesouro Nacional - STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A. (1)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

Com relação às transações realizadas com o Tesouro Nacional e entidades controladas, de modo pleno ou compartilhado, por essa parte, a CAIXA optou pela isenção parcial a que se refere o item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 05, apresentando os saldos das transações mais significativas. Basicamente, essas transações referem-se a concessão de empréstimos e financiamentos, prestação de serviços bancários de pagamento e/ou arrecadação e manutenção de contas de depósitos.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CAIXA, além disso, mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização e planos de previdência. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.

Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.

Com a Capgemini, a Caixa mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.

A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.

O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	31/12/2014		
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades
ATIVO:	4.772.883	16.127.042	-
Aplicações em dep. interfinanceiros:	-	5.854.505	-
Banco PAN	-	5.854.505	-
Rendas a receber:	3.118.604	27.694	-
STN – Tesouro Nacional	3.115.340	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	27.694	-
CAIXAPAR	3.264	-	-
Operações de Crédito:	902.094	-	-
STN – Tesouro Nacional	902.094	-	-
Créditos adquiridos:	-	10.244.843	-
Banco PAN	-	10.244.843	-
Outros Créditos:	752.185	-	-
STN – Tesouro Nacional	752.185	-	-
PASSIVO:	520.955	75.525	1.562
Depósitos:	474.238	10.951	1.562
STN – Tesouro Nacional	181.221	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	10.951	-
FUNCEF	-	-	1.562
CAIXAPAR	293.017	-	-
Repasses do país - instituições oficiais	2.879	-	-
STN - Tesouro Nacional	2.879	-	-
Obrigações diversas:	43.838	64.574	-
STN – Tesouro Nacional	40.574	-	-
Capgemini S.A.	-	64.574	-
CAIXAPAR	3.264	-	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os quadros a seguir apresentam os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2014		
	2º Semestre		
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades
RECEITAS:	78.925	583.033	-
Rendas de dep. interfinanceiros:	-	310.355	-
Banco PAN	-	310.355	-
Rendas de prestação de serviços:	37.406	272.678	-
STN – Tesouro Nacional	37.406	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	272.678	-
Outras receitas operacionais:	41.519	-	-
STN – Tesouro Nacional	35.450	-	-
CAIXAPAR	6.069	-	-
DESPESAS:	(18.125)	(221.654)	(34.428)
Despesas administrativas – aluguéis:	-	-	(34.428)
FUNCEF	-	-	(34.428)
Outras despesas operacionais:	(18.125)	(221.654)	-
STN – Tesouro Nacional	(2.025)	-	-
CAIXAPAR	(16.100)	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(221.654)	-

Descrição	2014		
	Exercício		
	Controladora	Controladas em Conjunto	Outras Entidades
RECEITAS:	172.266	1.157.297	-
Rendas de dep. interfinanceiros:	-	600.894	-
Banco PAN	-	600.894	-
Rendas de prestação de serviços:	89.781	556.403	-
STN – Tesouro Nacional	89.781	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	556.403	-
Outras receitas operacionais:	82.485	-	-
STN – Tesouro Nacional	66.444	-	-
CAIXAPAR	16.041	-	-
DESPESAS:	(38.637)	(221.654)	(63.836)
Despesas administrativas – aluguéis:	-	-	(63.836)
FUNCEF	-	-	(63.836)
Outras despesas operacionais:	(38.637)	(221.654)	-
STN – Tesouro Nacional	(4.113)	-	-
CAIXAPAR	(34.524)	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(221.654)	-

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 32 – Gerenciamento do risco corporativo

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégico, reputacional e socioambiental incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração. A gestão de riscos e de capital é percebida pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.

As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.

A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa. A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores (internet), no sítio: <http://www.caixa.gov.br>, menu Sobre a CAIXA.

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Descrição	31/12/2014
Patrimônio de Referência – PR	79.402.212
Nível I	59.237.193
Capital Principal – CP	59.237.193
Patrimônio líquido	26.222.766
Instrum. híbridos de capital e dívida autorizados conf. Res. CMN nº 4.192/2013	35.867.958
Ajustes prudenciais	(2.853.531)
Capital Complementar – CC	-
Instrum. híbridos de capital e dívida autorizados conf. Res. CMN nº 3.444/2007	-
Nível II	20.165.020
Instrum. de dívida subordinada autorizados conf. Res. CMN nº 3.444/2007 e 4.192/2013	18.554.433
Notas Subordinadas	1.370.226
Letras Financeiras	244.051
Letras Financeiras (dedução 20%)	(3.690)
Ativos ponderados pelo risco – RWA	493.956.341
Risco de crédito - RWA_{CPAD}	470.702.401
Risco de mercado – carteira de negociação - RWA_{MPAD}	2.986.701
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.985.813
Commodities – RWA_{COM}	-
Ações – RWA_{ACS}	-
Câmbio – RWA_{CAM}	1.000.888
Risco operacional - RWA_{OPAD}	20.267.239
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido ($RWA * 0,11$) - PRMR	54.335.198
Risco de mercado – carteira de não negociação - R_{BAN}	6.561.083
Margem de capital (PR - PRMR - R_{BAN})	18.505.932
Índice de capital principal (CP / RWA)	11,99%
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	11,99%
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,07%

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 33 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS

Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN n° 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN n° 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN n° 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN n° 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.
- Resolução CMN n° 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente; e
- Resolução CMN n° 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN n° 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro;
- Resolução CMN n° 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados	
Descrição	31/12/2014 (1)
PIS	28.674.573
FGTS	75.023.898
FAR	30.779.021
FDS	1.143.187
FAS	27.987
FGS	269.910
FGHAB	1.788.550
CCA	63.776
CCAM	28
FGCN	4.755.903
FCE	4
Total	142.526.837
FCVS	(97.974.486)

(1) A posição apresentada em 31/12/2014 corresponde ao PL de novembro de 2014, exceto o PIS que apresenta posição baseada no PL de dezembro de 2014.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Garantias prestadas a terceiros

Registra-se o valor de R\$ 69.554, referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES

O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R\$ 186.651.

(f) Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973, objeto da conversão da Medida Provisória nº 627/13, que, dentre outras providências:

- Altera a legislação tributária federal relativa ao IRPJ, CSLL, PIS/PASEP e COFINS, adaptando-a às normas contábeis pautadas nos padrões internacionais de contabilidade, com estabelecimento de ajustes para apuração dos referidos tributos;
- Revoga o Regime Tributário de Transição;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

Considerando os dispositivos atualmente vigentes, entendemos que não há impactos relevantes a serem reportados.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Miriam Aparecida Belchior
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Rauelson da Silva Muniz dos Santos
Vice-presidente em exercício

Roberto Derziê de Santanna
Vice-presidente

Sérgio Pinheiro Rodrigues
Vice-presidente

Teotônio Costa Rezende
Vice-presidente interino
Portaria nº 072/2015, de 12/01/2015

Marcos Brasileiro Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF